



REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL (INTERVENÇÕES AMBIENTAIS SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS)

Fase: () NOVO () ALTERAÇÃO DA AAM ORIGINÁRIA DO PROCESSO

Modalidade: () CONVENCIONAL () SIMPLIFICADO (somente para obras públicas, quando não há rendimento lenhoso)

Caráter: () PRÉVIO (sempre antes da intervenção)

() CORRETIVO (quando a intervenção tiver sido realizada sem autorização)

() EMERGENCIAL (sempre acompanhado de laudo dos bombeiros ou defesa civil comprovando este caso)

1. IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (PESSOA QUE ABRIU O PROCESSO)

1.1. Nome:

1.2. CNPJ/CPF:

1.3. Endereço:

1.4. Município:

1.5. Telefone (s):

1.6. e-mail:

1.7. Pessoa física requerente, representante do interessado (apresentar comprovante de vínculo ou procuração):

() O próprio interessado () Outro. Preencher linhas “a”, “b” e “c”:

a) Nome Completo:

b) CPF:

c) Telefone para contato:

1.8. O responsável pela intervenção ambiental é o proprietário/possuidor do Imóvel?

() Sim, passar para o item 3 () Não, seguir preenchimento no item 2

1.9. Vínculo da pessoa com a atividade/objeto do requerimento da autorização:

() Proprietário do Imóvel () Gestor Público () Empreendedor () Outro, especificar:

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO / POSSUIDOR DO IMÓVEL

2.1. Nome:

2.2. CNPJ/CPF:

2.3. Endereço:

2.4. Município:

2.5. Telefone (s):

2.6. e-mail:

3. e-MAILs DE CONTATO PARA INFORMAÇÕES SOBRE ESTE PROCESSO AMBIENTAL

e-mail principal (empreendedor, interessado na autorização):

e-mail secundário (poderá ser do responsável técnico, consultor, procurador, etc):



4. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: _____ 4.2 Área total (ha): _____

4.3 Endereço: _____

4.4 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: _____ Livro: _____ Folha: _____ Comarca: _____

ATENÇÃO: Intervenção em Área de Preservação Permanente, categorizada como de baixo impacto, que correspondam a pequenas edificações só assumem viabilidade jurídica para aprovação se realizadas em lotes urbanos aprovados até 22 de julho de 2008, devidamente registrados no Cartório de Registros de Imóveis, desde que situados às margens de vias públicas dotadas de pavimentação, iluminação pública, solução para esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água e drenagem pluvial. Em Glebas indivisas não há viabilidade para estas aprovações.

4.5 Documento de posse (descrição do tipo): _____

4.6 Trata-se de imóvel rural: () não () sim. Responder 4.7 e informar nº do CAR: _____

ATENÇÃO: Fica o interessado ciente que, em se tratando de intervenção ambiental em imóvel rural, a regularização aplicável será de competência do Município somente nos casos em que a atividade principal estiver sujeita ao licenciamento ambiental, pelos termos da DN COPAM nº 213/2017, considerando a listagem de atividades contidas no anexo desta norma.

Em se tratando de intervenção ambiental em imóvel urbano, a regularização aplicável será de competência do Estado (IEF ou SUPRAM) nos casos que a atividade estiver listada na DN COPAM Nº 217/2017. (Vide art. 4º do Decreto 47.749/19).

4.7 Há Reserva Legal no imóvel: () não () sim. Qual a metragem da área? _____ (ha)

5. DADOS DA INTERVENÇÃO

5.1. Descrição da Atividade, Obra, Serviço ou Empreendimento motivador da intervenção: _____

5.2. O objeto descrito no item acima é atividade acessória (relacionada, associada) à outra passível de licenciamento ambiental? () Sim, informe o nº do processo de licenciamento ambiental () Não

5.3. Tamanho da área afetada pela intervenção objeto deste requerimento (m² ou ha): _____

5.4. Zoneamento da área de intervenção (vigente à época do requerimento de aprovação do projeto e atual, caso tenha sido alterado): _____

5.5. Coordenadas, em SIRGAS 2000, das vértices do polígono que formam a área da intervenção ambiental:

FUSO DA COORD. UTM:		LATITUDE ou Y (7 dígitos)	LONGITUDE ou X (6 dígitos)
Coordenadas	Ponto 1		
Coordenadas	Ponto 2		
Coordenadas	Ponto 3		
Coordenadas	Ponto 4		
Coordenadas	Ponto 5		
Coordenadas	Ponto 6		
Coordenadas	Ponto 7		



6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

CONDIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A	COM Rendimento Lenhoso	a) Quantidade de árvores (com mais de 1,5m de altura) distribuídas na área de intervenção: () _____ Árvores; () Até de 15 árvores a cada 1.500m ² ou () Mais de 15 árvores a cada 1.500m ² .
		b) Área total a ser afetada pela intervenção _____ (informe a unidade de medida em hectares ou metros quadrados)
B	SEM Rendimento Lenhoso	Área total a ser afetada pela intervenção _____ (informe a unidade de medida em hectares ou metros quadrados)

TIPO DE REQUISIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Quant.

Unid.

6.1. Supressão de vegetação (com rendimento lenhoso), para uso alternativo do solo, **fora de APP.**

a) Associada atividade sujeita ao Licenciamento Ambiental (marcar Não se a atividade for dispensada)? () Não () Sim
ATENÇÃO! Este tipo de requisição se aplica quando:
• A intervenção **NÃO AFETAR** área de preservação permanente; e
• Existirem **15(quinze) OU MAIS** árvores distribuídas a cada 1.500m² (caso a área tenha até 1.500m²); ou a densidade da vegetação for **MAIOR OU IGUAL** do que 100 árvores por metros quadrados.
(Para saber a densidade, divida o tamanho da área (m²) pela quantidade de árvores com mais de 1,5m existente nela.)

() ha
hectares

() m²
metros
quadrados

6.2. Corte de árvores isoladas vivas, **fora de APP.**

a) Associada atividade sujeita ao Licenciamento Ambiental (marcar Não se a atividade for dispensada)? () Não () Sim
ATENÇÃO! Este tipo de requisição se aplica quando:
• As árvores **NÃO ESTIVEREM** situadas em APP; e
• Existirem **ATÉ 15 (quinze)** árvores distribuídas a cada 1.500m² (caso a área tenha até 1.500m²); ou a densidade da vegetação for **MENOR** do que 100 árvores por metros quadrados.
(Para saber a densidade, divida o tamanho da área (m²) pela quantidade de árvores com mais de 1,5m existente nela.)

Unid.
unidade

6.3. Intervenção ambiental, **sem supressão de vegetação** (sem rendimento lenhoso), **dentro de APP.**

a) Associada atividade sujeita ao Licenciamento Ambiental (marcar Não se a atividade for dispensada)? () Não () Sim
ATENÇÃO! Este tipo de requisição se aplica quando:
• A intervenção **NÃO GERAR** rendimento lenhoso; e
• A intervenção ocorrer **DENTRO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.**

() ha
hectares

() m²
metros
quadrados

6.4. Supressão de vegetação (com rendimento lenhoso), **dentro em APP.**

a) Associada atividade sujeita ao Licenciamento Ambiental (marcar Não se a atividade for dispensada)? () Não () Sim
ATENÇÃO! Este tipo de requisição se aplica quando:
• A intervenção **AFETAR** área de preservação permanente; e
• Existirem **15(quinze) OU MAIS** árvores distribuídas a cada 1.500m² (caso a área tenha até 1.500m²); ou
• A densidade da vegetação for **MAIOR OU IGUAL** do que 100 árvores por metros quadrados.
(Para saber a densidade, divida o tamanho da área (m²) pela quantidade de árvores com mais de 1,5m existente nela.)

ha
hectares

6.5. Corte de árvores isoladas vivas, **dentro de APP.**

Associada atividade sujeita ao de Licenciamento Ambiental (marcar Não se a atividade for dispensada)? () Não () Sim
ATENÇÃO! Este tipo de requisição se aplica quando:
• A intervenção **AFETAR** área de preservação permanente; e
• Existirem **ATÉ 15(quinze)** árvores distribuídas a cada 1.500m² (caso a área tenha até 1.500m²); ou a densidade da vegetação for **MENOR OU IGUAL** do que 100 árvores por metros quadrados.
(Para saber a densidade, divida o tamanho da área (m²) pela quantidade de árvores com mais de 1,5m existente nela.)

Unid.
unidade

7. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

7.1. () Trata-se de uma nova intervenção. Houve outras intervenções autorizadas nesta área/propriedade nos últimos 4 (quatro) anos? () Não () Sim

7.2. () No caso de ampliação/correção informar o número da AAM que autorizou a primeira intervenção

7.3. () No caso de Intervenção Ambiental em caráter corretivo, informar número do Auto de Infração:

7.4. () No caso de Intervenção Emergencial, informar o número do Laudo do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil e a data do Protocolo do Ofício que Comunicou a intervenção emergencial:

7.5. () No caso de intervenção simplificada, informar o órgão público que executará a intervenção



8. RENDIMENTO LENHOSO E GALHADAS

8.1. Haverá rendimento lenhoso em razão da intervenção realizada? () Não, passe ao item 9. () Sim, responda o item 8.2.

8.2. Descrever a proposta de destinação final das galhadas e a proposta de uso alternativo/aproveitamento do rendimento lenhoso:

9. FINALIDADE DA INTERVENÇÃO (USO DO SOLO) (Pode marcar mais de uma opção)

Uso Proposto	Área (ha)	Uso Proposto	Área (ha)	Uso Proposto	Área (ha)
9.1. Agricultura		9.5. Parcelamento do solo		9.9. Manejo Sustent. da Vegetação	
9.2. Pecuária		9.6. Infra Estrutura de interesse social		9.10. Obra ou Edificação Privada	
9.3. Silvicultura		9.7. Infra estrutura de utilidade pública		9.11. Obra ou Edificação Pública	
9.4. Mineração		9.8. Infra Estrutura Urbana		9.12. Outra:	

10. PRAZO E MOMENTO DE REALIZAÇÃO DA OBRA/SERVIÇO

Tempo estimado para execução: _____ (meses) Momento () 1º Semestre () 2º Semetre Ano(s): _____

11. OUTRAS INFORMAÇÕES:

Está em andamento inquérito civil, procedimento preparatório ou ação judicial, que tem por objetivo a propriedade onde será realizada a intervenção? () Não () Sim, informar nº

12. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE INFORMAÇÕES, DADOS E NORMAS

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que a falsidade na prestação destas informações constitui crime, na forma do artigo 299, do código penal (pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa), c/c artigo 3º da Lei de crimes ambientais, c/c artigo 19, §3º, item 5, do Decreto 39.424/98, c/c artigo 19 da Resolução CONAMA 237/97, c/c previsão contida no Decreto Municipal nº 155/2022.

Declaro ter ciência de que abertura de processo ambiental específico, sem os documentos exigidos para sua análise técnica, conforme relação apresentada, bem como conflitos em informações e dados, poderá motivar o indeferimento da requisição e arquivamento dos autos.

Estou ciente que o e-mail informado é o canal oficial de contato/informação/resposta/solicitação da Prefeitura com o interessado desta requisição e que as informações referentes ao processo devem ser protocolizadas no setor de Protocolos da Prefeitura.

Ribeirão das Neves, ____ de _____ de _____.

Interessado Requerente:

(Assinatura, conforme documento anexado)



ANEXO 1 - DOCUMENTOS GERAIS CONFORME A MODALIDADE DE PROCESSO

1. DOCUMENTOS GERAIS: PROCESSOS CONVENCIONAIS DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL (Exceto simplificados)

- 1.1. **Requerimento** de AAM para Intervenções sob Condições Especiais, devidamente preenchido, sem rasuras, datado e assinado.
- 1.2. **Documentos de identificação e constituição** do requerente (identidade; CPF e/ou CNPJ; estatuto ou contrato social e alterações, comprovante de endereço; quando for o caso, procuração acompanhada do documento de identidade do procurador).
- 1.3. **Comprovantes** de posse, identificação do proprietário ou possuidor (Registro de Imóvel - imóvel urbano, certidão judicial negativa, contrato de arrendamento, contrato social atualizado, no caso de pessoa jurídica). Caso o requerente não seja o proprietário do imóvel deverá apresentar a procuração de Autorização do Proprietário do Imóvel (Anexo 5). Caso o imóvel esteja inserido em área de domínio, servidão ou uso público poderá ser apresentado Decreto comprobatório da afetação da área.
- 1.4. **Planta do bairro**; *ou* Figura da **Imagem Aérea** com indicação dos logradouros (ruas) do entorno imediato; *ou* **Croqui de localização, com indicação da área afetada pela intervenção**. (qualquer um dos três elementos de representação deve conter a indicação da área afetada).
- 1.5. **Plano de Utilização Pretendida Completo**, conforme Termo de Referência constante no Anexo 3. *Nos casos de intervenção tipo 6.1.*
ou
Levantamento Amostral das árvores isoladas que serão cortadas. *Nos casos de intervenções tipos 6.2 ou 6.5.*
ou
Plano Simplificado de Utilização Pretendida, conforme Termo de Referência, Anexo 4. *Nos casos de intervenções tipos 6.3 ou 6.4.*
- 1.6. Comprovante de pagamento de emolumentos e taxas aplicáveis ao processo ambiental, inclusive a Taxa Florestal (somente nos casos que houver rendimento lenhoso) que deve ser quitada no Estado/ IEF(<http://www.ief.mg.gov.br/autorizacao-para-intervencao-ambiental>) e cadastro no Sinaflor, nos casos aplicáveis.
- 1.7. Certidões de Débitos de IPTU (da propriedade) e Certidão Plena de Débitos (do interessado), sendo dispensado nos casos que o interessado corresponder a órgão público constituinte da Administração Municipal.

ou

2. DOCUMENTOS GERAIS: PROCESSOS SIMPLIFICADOS DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL (Intervenções realizadas por órgãos públicos, sem rendimento lenhoso)

- 2.1. **Requerimento** de AAM para Intervenções sob Condições Especiais, devidamente preenchido, sem rasuras, datado e assinado.
- 2.2. **Documentos de identificação e constituição** do requerente (identidade; CPF e/ou CNPJ; estatuto ou contrato social e alterações, comprovante de endereço; quando for o caso, procuração acompanhada do documento de identidade do procurador).
- 2.3. **Comprovantes** de posse, identificação do proprietário ou possuidor (Registro de Imóvel - imóvel urbano, certidão judicial negativa, contrato de arrendamento, contrato social atualizado, no caso de pessoa jurídica). Caso o requerente não seja o proprietário do imóvel deverá apresentar a procuração de Autorização do Proprietário do Imóvel (Anexo 5). Caso o imóvel esteja inserido em área de domínio, servidão ou uso público poderá ser apresentado o Decreto comprobatório da afetação da área ou alguma manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento.
- 2.4. **Planta do bairro**; *ou* Figura da **Imagem Aérea** com indicação dos logradouros (ruas) do entorno imediato; *ou* **Croqui de localização, com indicação da área afetada pela intervenção**. (qualquer um dos três elementos de representação deve conter a indicação da área afetada).
- 2.5. Certidões Negativas de Débitos Municipais (do interessado), sendo dispensado nos casos que o interessado corresponder a órgão público constituinte da Administração Municipal.

Junto com os Documentos Gerais, devem ser apresentados os Documentos Específicos (indicados no Anexo 2), conforme a modalidade do requerimento de autorização.



ANEXO 2 - DOCUMENTOS ESPECÍFICOS

(Devem ser apresentados com os DOCUMENTOS GERAIS, conforme o caráter da regularização).

A. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS: Nos casos de INTERVENÇÕES EM APP (incluindo corte de árvores isoladas em APP)

A.1. Projeto, memorial descritivo ou estudo técnico que qualifique a obra, plano, atividade ou projeto, lançado em base georreferenciada contendo levantamento planialtimétrico da área afetada pela intervenção e da demarcação da APP do imóvel, acompanhado da(s) ART(s), *exceto nos casos de autorização para intervenção simplificada quando esses documentos, a critério técnico, poderão ser apresentados após a formalização do processo, na fase de análise técnica do requerimento.*

A.2. Comprovante de aprovação da atividade/obra motivadora da intervenção em APP; **Ou** Manifestação de conformidade/viabilidade da edificação, obra, estrutura, infraestrutura ou elemento construtivo que afetará a APP, expedida pelo Poder Público que comprove a viabilidade de sua execução (*podem ser declarações expressas, alvarás, projetos com carimbos de aprovação, diretrizes, pareceres ou outros atos, desde que oficiais*).

exceto nos casos de cortes de árvores isoladas inseridas em APP justificadas pela construção, ampliação ou benfeitorias em edificação horizontal residencial, unifamiliar, quando, a critério técnico essa comprovação poderá ser apresentada após a formalização do processo, na fase de análise do requerimento.

A.3. Estudos técnicos que comprovem a inexistência de alternativa técnica e locacional, elaborado por profissional habilitado, conforme Lei Estadual 20.922/13.

A.4. Proposta de medidas mitigadoras e compensatórias pela intervenção realizada. *A critério técnico poderá ser apresentado junto com a proposta de medidas mitigadoras e compensatórias o Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRAD ou Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF. Estes instrumentos (PTRF e PRAD) não são obrigatórios para a formalização do processo e poderão ser requisitados na fase de análise técnica ou sobre a forma de condicionantes ambientais, a critério técnico, conforme cada caso.*

B. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS: Para regularização de INTERVENÇÃO JÁ REALIZADA SEM AUTORIZAÇÃO

B.1. No caso de intervenções de baixo impacto: Matrícula do Imóvel, atualizada (mínimo 180 dias), indicando a caracterização de lote urbano aprovado até 22/07/08;

B.2. No caso de intervenções de baixo impacto: Documentos comprobatórios da intervenção se enquadra em uma das atividades previstas no artigo primeiro da Resolução COPAM 236 de 2019 e no caso de intervenção por ente público, dispensável se comprovada a condição de utilizada pública ou interesse social, prevista no Código Florestal.

B.3. No caso de intervenções de baixo impacto: Levantamento planimétrico do perímetro do imóvel, com demarcação de todas as APP's existentes nele e das intervenções já existentes na APP, informando área total da APP e a área afetada pelas intervenções, contidas em APP. (*De acordo com a Resolução CONAMA 369/2006, intervenções excepcionais de baixo impacto só são regularizáveis nos casos que afetarem até o limite de 5% (cinco por cento) da área total da APP. Nestes casos, o que exceder a esse limite deve ser desmobilizado da APP e essa porção - área - deve ser recuperada.*)

B.4. Registro fotográfico panorâmico do local da intervenção, datado.

B.5. Cópia do Auto de Fiscalização Ambiental.

B.6. Cópia do Auto de Infração Ambiental.

B.7. Não obrigatório. Comprovação da alternativa escolhida no processo de fiscalização da intervenção, nos termos do artigo 40 do Decreto 155/2022. Caso não seja escolhida alternativa pelo autuado, conforme mencionado, para seu prosseguimento, o processo de regularização da intervenção em APP necessitará, OBRIGATORIAMENTE, aguarda a conclusão do processo de fiscalização; **Modelo** de requerimento para a escolha de alternativa em processo de fiscalização disponível no site da Prefeitura > Meio Ambiente

B.8. Não obrigatório. Cópia do Registro de Vistoria, Relatório Fiscal ou outro Registro motivador ou orientador da regularização.

C. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS: Para regularização de INTERVENÇÃO COM CARÁTER EMERGENCIAL

C.1. Cópia do ofício comunicando a intervenção emergencial realizada pelo interessado.

C.2. Laudo do Corpo de Bombeiros ou da Defesa Civil indicando o caráter emergencial da intervenção.

C.3. Documento não obrigatório. Outros documentos técnicos ou emitidos por órgãos públicos oficiais comprobatórios da condição emergencial da intervenção.

D. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS: PARA ALTERAÇÃO DE INTERVENÇÃO JÁ AUTORIZADA

D.1. Cópia do certificado que autorizou a intervenção anterior, dentro do seu prazo de vigência (validade) e acompanhado das condicionantes a ele vinculadas.

D.2. Representação gráfica (croqui ou planta) indicativo da intervenção já autorizada e da proposta de ampliação e/ou alteração.

D.3. Justificativa qualificada da alteração ou ampliação requisitada contemplando a informação do *status* (fase) de execução da intervenção já autorizada (preferencialmente cronograma, assinado pelo responsável técnico).

D.4. Documento não obrigatório. Declaração do status do cumprimento das condicionantes, quando existirem.



***CONSULTE OS ANEXOS
ESPECÍFICOS COM MODELOS DE
DECLARAÇÕES E PLANOS***